



Práticas contábeis de evidenciação adotadas em relação aos ativos intangíveis: uma análise da aderência ao CPC 04 (R1, 2010) em empresas dos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo identificar as práticas de evidenciação contábeis adotadas sobre os ativos intangíveis e analisar a aderência ao CPC 04 (R1, 2010), em empresas dos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais listados na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2014 a 2017. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, por meio de apreciação documental das Demonstrações Financeiras Padronizadas anuais consolidadas divulgadas pelas empresas analisadas. Com base no *check list* elaborado por Moura, Varela e Beuren (2014) em conformidade com o CPC 04 (R1, 2010), foi possível determinar uma média do nível de evidenciação dos setores. Os resultados demonstraram que nos anos analisados, 8,34 % da amostra apresentou nível Médio/alto de evidenciação, com uma porcentagem dentre 50,01% a 75,00%, o restante da amostra, 93,33%, alcançou a média Alto, ficando entre 75,01% a 100% das divulgações obrigatórias dos intangíveis, em conformidade com as exigências do CPC 04 (R1, 2010), segundo o *check list* aplicado. Em relação aos resultados encontrados sobre a representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total, é possível averiguar que a média encontrada nos dois setores nos anos de abrangência do estudo são semelhantes. No setor de Tecnologia da Informação 16,67% da amostra alcançou o nível Médio/Alto, 33,33% da amostra alcançou o nível Médio/baixo, e 50,00% da amostra obteve o nível Baixo de representatividade. No setor de Bens Industriais os níveis Alto, Médio/alto e Médio/baixo obtiveram 16,67% da amostra cada, e o nível de representatividade Baixo, 50,00% da amostra. O resultado da pesquisa demonstra uma evolução dos setores analisados em relação a divulgação ou *disclosure*.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis; Evidenciação; Práticas Contábeis.

Linha Temática: Padronização das normas contábeis.



1. INTRODUÇÃO

Um fator preponderante no qual a contabilidade vislumbra como um campo ainda não totalmente explorado é o entendimento de mensuração do valor de mercado de uma organização, isto é, quanto ela vale como um todo, não apenas o que está registrado nos demonstrativos financeiros. Como é evidenciado atualmente essa importância não se resume apenas no seu valor físico, seu valor tangível, mas também no que ela pode originar com a sua habilidade de gerar riquezas ao longo do tempo, como por exemplo: com os recursos humanos, geração de marcas, patentes, entre outros ativos sem substância física, denominados intangíveis, que são exclusivos de cada empresa. Os intangíveis não apenas podem proporcionar uma vantagem competitiva como também podem contribuir para o aumento do valor da empresa (Hendriksen & Breda, 1999).

Segundo Hendriksen e Breda, (1999, p. 388) “Os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis”. Para que se possa compreender realmente o quanto vale uma empresa deve-se saber como reconhecer esses ativos que escasseiam de substância corpórea, e o quanto representa em seu ativo total.

De acordo com Ernest & Young (EY) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2010), devido ao aumento do volume de investimentos em ativos intangíveis ao longo do tempo, procedeu-se em uma busca na contabilidade de se ter uma maior orientação para seu tratamento contábil. Como descrito, em muitos segmentos a grande parte de geração de riqueza da empresa está atrelada a parcela desse ativo. “Empresas farmacêuticas, companhias de alta tecnologia e *websites* são bons exemplos dessa realidade.” (EY & FIPECAFI, 2010, p. 369).

E mesmo com a mudança sobre os valores atribuídos aos ativos intangíveis que estão ocorrendo nas últimas décadas, Kayo (2002), afirma que embora o crescimento dos ativos intangíveis esteja em evidencia, isso não implica na perda de importância dos ativos tangíveis, e sim, que a combinação dos dois ativos pode gerar um ganho maior para a empresa, “As atividades de pesquisa e desenvolvimento levam, muitas vezes, a necessidade de desenvolvimento de novas Maquinas” (Kayo, 2002, p. 18).

De acordo com Moura *et al.* (2013) no Brasil, a determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 488/05 e a alteração da legislação societária brasileira promovida pela Lei nº 11.638/07 trouxeram um melhor entendimento dos ativos intangíveis das companhias. Ao mesmo tempo em que ocorreu a resolução da CVM nº 553/08 aonde foi adotado o Pronunciamento Técnico, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 04 R1 – Ativos Intangíveis (2010), regulamentando os critérios para o reconhecimento, mensuração e exigências específicas sobre informações a serem divulgadas sobre os ativos intangíveis.

Diante destas mudanças de realidade que a legislação impôs as empresas brasileiras, buscou-se nesse estudo responder ao seguinte questionamento: **quais as práticas contábeis de evidenciação adotadas em relação aos ativos intangíveis, e qual a aderência ao CPC 04 (R1, 2010) em empresas dos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais listados na B3?**

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as práticas contábeis de evidenciação adotadas em relação aos ativos intangíveis e analisar a sua aderência ao CPC 04 (R1, 2010) em empresas dos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais listados na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A fim de alcançar os objetivos gerais, são propostos os seguintes objetivos específicos: (i) Analisar a representatividade da conta contábil dos ativos intangíveis em relação



ao ativo total das empresas da amostra; (ii) Fazer uma comparação da representatividade do ativo intangível entre os setores e; (iii) Demonstrar dentre as empresas analisadas quais melhor atenderam as exigências de divulgação do CPC 04 (R1, 2010).

A pesquisa justifica-se pelo fato de que, diante de um cenário de intensa mudança nas últimas décadas, as empresas que estão obtendo sucesso no mercado atual encontram-se em constante busca de inovações que as diferenciem dos seus concorrentes, portanto, cada vez mais, um alto grau de investimento em ativos intangíveis está sendo realizado, logo, a forma de se evidenciar estes Intangíveis, passa ser um fator predominante na aplicação das práticas contábeis.

Assim, busca-se nesta pesquisa entender como as empresas dos segmentos analisados estão gerindo e evidenciando os seus recursos intangíveis e se estes estão de acordo com as regras atuais da legislação brasileira. Segundo Perez e Famá (2005, p. 8), “o inevitável processo de globalização das economias e as facilidades criadas pelo comércio eletrônico intensificaram a competição entre as empresas, estreitando margens, exigindo qualidade e forçando as empresas a diferenciarem-se de seus concorrentes”.

Como acrescenta Schnorrenberger (2004), os ativos intangíveis e o seu reconhecimento e mensuração se caracterizam por ser um assunto ainda muito controverso e também determinante, não só para a contabilidade e seus profissionais, mas também para os outros interessados como acionistas, fornecedores, credores, etc. Portanto sobre essa ótica é preciso abordar o assunto para que se possa analisar e entender a questão, que é complexa em todas as suas ramificações.

A pesquisa delimita-se em verificar e analisar empresas de maior capital dos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais listados na B3, durante o período de 2014 a 2017, período este, que demonstra as informações financeiras mais recentes divulgadas pelas companhias da amostra. Para isso analisou-se, em todos os anos, as Demonstrações Financeiras Padronizadas de cada empresa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A referida fundamentação teórica está dividida em ativo intangível, evidência contábil e estudos anteriores sobre os níveis de evidência ou *disclosure* de empresas do mercado brasileiro e mundial.

2.1 Ativo Intangível

Um ativo é definido em sua essência pelo CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1, 2011), como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

A característica fundamental dos ativos é a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os controla individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entrada de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa. (Iudícibus, 2000, p. 142).

Ainda, conforme Perez e Famá (2005), ativo é todo recurso com composição física ou não que origina recurso financeiro para a empresa e deve ser representado pelos gastos incorridos pelos seus custos de aquisição ou desenvolvimento. Então, dentre os ativos, tem-se os tangíveis que tem uma composição física ou corpórea, e os intangíveis que são incorpóreos. Para Lemes e Carvalho (2010, p. 195), o ativo intangível é um “ativo não monetário identificável sem substância física”.



Em relação aos intangíveis, conforme Padoveze (2009), explica que dada a complexidade e a dificuldade de identificação, reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, o seu reconhecimento deve ser feito pelo contador após um exaustivo estudo sobre os gastos, e que só o reconheça quando for admissível chegar-se a um valor que possa ser definido em bases confiáveis.

Como é exposto pelo CPC 00 (R1, 2011), um ativo só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade e que o item tenha um valor que possa ser mensurado com confiabilidade. Padoveze (2009, p. 286), “O CPC 04 é enfático em restringir ao máximo o conceito de intangível para fins de contabilização e este deve ser a postura do contador diante de tal evento”.

Bem como evidencia Hendriksen e Breda (2009), um ativo intangível não deixa de ser um ativo apenas porque não possui substância, seu reconhecimento e registro deve obedecer as regras validas para todos os ativos.

Martins (1972, p. 53), assevera que a inexistência física não é necessariamente uma condição para distinguir ativos tangíveis de ativos intangíveis e cita que, por exemplo, “Patentes são consideradas Ativo Intangível, mas Prêmios de Seguros Antecipados não possuem qualquer caráter de tangibilidade maior do que aquelas, porém, não pertencem ao grupo dos Intangíveis”.

Como descrito no item 21 do CPC 04 (R1, 2010), que está em correlação com o *International Accounting Standards* (IAS) 38, onde um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

A entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas. (CPC 04 R1, 2010, p. 09)

E ainda de acordo com o CPC 04 (R1, 2010), o ativo intangível deve ser inicialmente reconhecido pelo seu custo, este que deve ser o valor de caixa ou equivalente de caixa pago, ou o valor justo de qualquer outra retribuição oferecida pela entidade para adquirir o ativo no momento de sua aquisição ou construção.

2.2 Evidenciação ou disclosure

A deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, adotou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 04 (R1, 2010), determina no item 118 sobre como as empresas devem divulgar as informações de seus ativos intangíveis. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;

(b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;

(c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;

(d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;



Contabilidade e Perspectivas Futuras

- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
 - (i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
 - (ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;
 - (iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (vi) qualquer amortização reconhecida no período;
 - (vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e
 - (viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

(CVM, 2008, p. 25).

A adoção pela CVM do CPC 04 (R1, 2010) demonstra que existe uma preocupação por parte dos órgãos regulamentadores para que se encontre uma maneira de padronizar e tornar compreensíveis as demonstrações contábeis em relação aos intangíveis, de modo que diminua as diferenças de mensuração e evidenciação, permita uma melhor comparabilidade entre as empresas.

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), para que os ativos intangíveis possam figurar nos demonstrativos financeiros de uma empresa, e, portanto estejam aptos a serem amortizados, é necessário que tenham sido adquiridos de terceiros, ou que tenham sido produzidos internamente, mas se caso ocorra a segunda opção é necessário que seu custo de produção seja muito bem identificado.

Ainda como afirma Schnorrenberger (2004), o verdadeiro valor dos ativos intangíveis não está em suas propriedades físicas e, sim, no potencial de contribuir futuramente com os objetivos da empresa e no direito que essa tem de poder usufruir desse ativo.

Complementando, o CPC 04 (R1, 2010) alega, em seu item 17, que os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível podem incluir redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

Sobre a ótica de gastos subsequentes, os ativos intangíveis, na visão da norma IAS 38, é tão singular que difere dos ativos tangíveis. De acordo com EY e FIPECAFI (2010, p. 371), “A capitalização de gastos subsequentes com marcas, nomes comerciais, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares é expressamente proibido” isso se explica, pois de acordo com a norma, esses gastos criam um ágio gerado internamente, o que não é permitido o reconhecimento como ativo, devendo ser esses gastos, reconhecidos no resultado.

O CPC 04 (R1, 2010), determina que o ativo intangível deva ser contabilizado com base em sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não. Mas como o ativos intangíveis de vida útil indefinida e os que ainda não estão disponíveis para uso não são amortizados, eles necessitam



obrigatoriamente, pelo menos uma vez a cada ano, no mesmo período a passar por teste de valor recuperável do ativo para indicar se ocorreu desvalorização desse ativo.

Os ativos intangíveis segundo Kayo (2002), podem ter uma taxonomia ou uma classificação em quatro tipos: (i) Ativos Humanos, que corresponde, entre outros, conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados, administração superior ou empregados-chave, treinamento e desenvolvimento; (ii) Ativos de Inovação como pesquisa e desenvolvimento, patente etc. (iii) Ativos Estruturais como processos, Softwares próprios, banco de dados etc.; e Ativos de Relacionamento (com públicos estratégicos) a exemplo de marcas, logos, contratos com clientes, fornecedores; e (iv) Direitos de exploração como de minérios ou água, dentre outros.

A classificação de Kayo (2002), não é totalmente reconhecida nos balanços contábeis, o principal motivo dessa limitação é que alguns ativos intangíveis listados não atendem os critérios de reconhecimento estabelecidos pela contabilidade, contudo como cita o CPC 04 (R1, 2010), no item 128, é recomendado, porém não obrigatório, que as empresas descrevam tais itens ou qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação em notas explicativas. Mesmo não sendo uma lista extenuante Kayo (2002), exemplifica bem a estrutura dos ativos intangíveis.

2.3 Pesquisas Similares ou Correlatas

Magro *et al.* (2015), avaliaram a relevância dos ativos intangíveis em empresas de tecnologia do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA), pesquisa compreendeu todas as empresas listadas na B3 e na New York Stock Exchange (NYSE). A amostra da pesquisa correspondeu a 1.884 empresas de baixa tecnologia e 344 empresas de alta tecnologia dos EUA e a 113 empresas de baixa tecnologia e 5 empresas de alta tecnologia do Brasil e o período estudado compreendeu de 2010 a 2013. Os resultados demonstraram que o patrimônio e o lucro ajustado por contas de intangíveis, bem como o próprio ativo intangível possuem relevância de valor para os agentes econômicos, principalmente para os investidores, impactando o preço das ações nos mercados brasileiro e americano.

Marques, Santos e Gouveia (2011), analisaram a evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias abertas vencedoras do 13º Prêmio Troféu Transparência do ano de 2009. Foram analisadas, à luz da normatização contábil vigente no Brasil que trata da divulgação de ativos intangíveis, as demonstrações contábeis do exercício social de 2008. No trabalho verificou-se que as demonstrações contábeis analisadas atenderam, em sua maioria, às normas de divulgação vigentes.

Lopes *et al.* (2014), verificou o nível de aderência das empresas de capital aberto do setor de bens industriais aos itens de evidenciação do CPC 04 (R1, 2010), desde sua aplicabilidade no ano de 2008 até o exercício encerrado em 2011. A partir dos resultados da pesquisa os autores concluíram que, em média, nos quatro anos de análise, o índice de conformidade das informações divulgadas foi de, em média, 61,94% e que a o nível de aderência das companhias analisadas ao CPC 04 (R1, 2010) foi aumentando com o passar dos anos.

Silva, Ferreira e Maragno (2017), verificou o nível de evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas listadas no setor de Saúde da B3 no ano de 2016, de acordo com as normas do CPC 04 (R1, 2010) com base em um *check list* elaborado por Moura, Varela e Beuren (2014), em conformidade também com o mesmo CPC. Os resultados demonstram que 6,7% da amostra apresentou nível baixo, 13,3% médio/baixo nível, 60% médio/alto e 20% nível alto de evidenciação das divulgações obrigatórias dos intangíveis, segundo os quesitos de divulgação conforme o *check list* baseado no CPC 04 (R1, 2010).



Souza *et al.* (2017) Buscou no trabalho apresentar os elementos e métodos utilizados para a evidenciação e mensuração de ativos intangíveis nas instituições financeiras, bem como a sua importância e representatividade no Balanço Patrimonial, tendo como referência o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se concluir que a instituição em questão está de acordo com as normas Brasileiras de contabilização dos Ativos Intangíveis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem por objetivo apresentar a classificação metodológica da pesquisa e amostra da pesquisa, assim como os procedimentos para coleta de dados.

3.1 Classificação Metodológica da Pesquisa

A tipologia da pesquisa é de natureza descritiva, pois segundo Beuren *et al.* (2014), considera-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa com o objetivo de identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos as características de determinada população ou fenômeno. De acordo com Silva e Grigolo (2002), utilizando uma técnica padrão na coleta dos dados a pesquisa descreve os problemas encontrados nas questões de mensuração, identificação, amortização e divulgação dos ativos intangíveis, principalmente nos formados internamente.

A pesquisa é conduzida de forma documental uma vez que para Prodanov e Freitas (2013), pode se entender por documento qualquer registro que se use como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico).

A abordagem do problema da pesquisa é feita de modo qualitativo por que, segundo Beuren *et al.* (2014), faz referência a “análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” buscando contribuir com um maior entendimento das peculiaridades dos ativos intangíveis.

3.2 Amostra e Coleta de Dados

A amostra inicial da pesquisa compreende empresas dos setores de Tecnologia da Informação e de Bens Industriais da B3 no período de: 2014 a 2017. A coleta dos dados foi realizada com auxílio do *software* Economática e do *software* Microsoft Excel, considerou-se as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das empresas.

A partir desta composição foi realizada a coleta de dados, durante o período analisado, das informações sobre os ativos intangíveis, originalmente extraídos das DFP's de cada elemento da amostra, com o objetivo de demonstrar o nível de evidenciação e evolução, com base no *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014), modificado para atender as especificidades desta pesquisa.

Em seguida classificou-se as empresas de acordo com a pontuação encontrada, com o propósito de identificar quais melhor seguem os parâmetros exigidos pelo CPC 04 (R1, 2010) e a evolução desses parâmetros durante os anos. Posteriormente a essa análise, uma relação entre os ativos totais das empresas da amostra e seus ativos intangíveis foi realizada, com o objetivo de demonstrar a representatividade dos ativos intangíveis perante o total dos ativos durante os anos.

Como é evidenciado na Tabela 1 a amostra é composta por 12 empresas, sendo elas, 6 empresas do setor de Tecnologia da Informação, com exclusão da empresa Quality Soft S.A.



por conta da ausência de divulgação dos demonstrativos de 2017 até a data da presente pesquisa, e empresas do setor de Bens Industriais, que com auxílio do *software* Economática, foram selecionadas as 6 maiores empresas considerando o valor total de seus ativos, com a exclusão de duas empresas, pelo motivo de consolidação dos balanços contábeis, a Rumo S.A. por ser controlada pela empresa Cosan Logística S.A e a empresa All Norte S.A que por sua vez é controlada pela Rumo S.A. As empresas analisadas estão demonstradas na Tabela 1.

TABELA 1: Amostra da pesquisa

SETOR ECONOMICO	EMPRESA
Tecnologia da Informação	Totvs S.A.
	Linx S.A.
	Senior S.A.
	Positivo S.A.
	BRQ S.A.
	ItauTec S.A.
Bens Industriais	Embraer S.A.
	CCR S.A.
	Cosan Logística S.A.
	Invepar S.A.
	Weg S.A.
	JSL S.A.

Fonte: Autoria própria. Dados do *website* da B3.

O *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014) foi elaborado em conformidade com o CPC 04 (R1, 2010) e alterado para se adequar a presente pesquisa. A Tabela 2 demonstra as informações que devem ser expostas de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico, e, além disso, algumas questões que não são exigidas pelo pronunciamento, mas recomendações que sejam divulgadas para fins de melhor entendimento dos usuários das demonstrações contábeis das empresas. O *check list* está demonstrado na Tabela 2.

TABELA 2: *Check List* de itens do CPC 04.

Dimensão de ativos intangíveis	Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis	
Vida útil/valor	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
Adições/baixas	15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?



Contabilidade e Perspectivas Futuras

	16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
	19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?
Teste de recuperabilidade /Teste de <i>impairment</i>	20	Divulgou a data efetiva da aplicação do teste de <i>impairment</i> do intangível?
	21	Divulgou o saldo da aplicação do teste de <i>impairment</i> , relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período?
	22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de <i>impairment</i> , de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	23	Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos? (se houver)
	24	Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos? (se houver)
Outras informações não exigidas, mas recomendadas	25	Divulgou algum ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação?
	26	Descreveu algum ativo intangível significativo, controlado pela entidade, mas que não é reconhecido como ativo porque não atende aos critérios de reconhecimento?

Fonte: Moura, Varela e Beuren (2014). Alterado pelo autor.

Em um primeiro momento identificou-se o nível de evidenciação das empresas da amostra durante os anos avaliados, através do *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014). Após as empresas foram classificadas pela pontuação alcançada na aplicação do *check list* e, subsequente, as variáveis foram correlacionadas. A Tabela 3 demonstra o grau de evidenciação dividido em níveis: baixo, médio/baixo, médio/alto e alto segundo Silva, Ferreira e Maragno (2017).

TABELA 3 :Critérios para identificar o nível de evidenciação

PONTUAÇÃO OBTIDA POR EMPRESAS EM %	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO
0 a 25%	Baixo
25,01 a 50%	Médio/baixo
50,01 a 75%	Médio/alto
75,01 a 100%	Alto

Fonte: Silva, Ferreira e Maragno (2017).

Utilizando como referência o método de Silva, Ferreira e Maragno (2017), foi aplicado o *check list*, atribuindo notas 0 e 1 para cada resposta, considerando nota 0 para as respostas que não estavam de acordo com as informações obrigatórias a serem divulgadas de acordo com o do CPC 04 (R1, 2010), e nota 1 para as informações divulgadas em conformidade com referido Pronunciamento Técnico, ou para respostas, que por não haver a razão específica de sua obrigatoriedade, não são aplicáveis. Esse último quesito é justificável pelo fato que se evita inferir que a empresa estudada não está de acordo com as obrigatoriedades de divulgação do CPC 04 (R1, 2010), quando na realidade esta empresa apenas não divulgou determinado item por não ter a obrigação, isto é, não aplicável.



4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O presente capítulo se subdivide em três sessões. Primeiramente, é analisada a representatividade da conta contábil dos ativos intangíveis em relação ao ativo total, após é feita a comparação da representatividade do ativo intangível nos setores analisados pela pesquisa e por último é demonstrado, dentre as empresas analisadas, quais melhor atenderam as exigências de divulgação do CPC 04 (R1, 2010).

4.1 Representatividade da conta contábil dos ativos intangíveis em relação ao ativo total

Ao analisar os dados encontrados é possível verificar que a representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total das empresas da amostra, a média encontrada nos setores de Tecnologia da Informação e Bens Industriais nos anos que abrangem o estudo é semelhante. Muito embora isso se dê principalmente por conta da alteração da classificação dos contratos de concessão de serviço público.

Na Tabela 4 observa-se a média proporcional dos ativos totais em relação aos intangíveis e sua evolução durante os anos analisados pela pesquisa.

TABELA 4 – Proporção do ativo intangível em relação ao ativo total.

SETOR ECONOMICO	EMPRESA	2017	2016	2015	2014	Média
Tecnologia da Informação	Totvs S.A.	38,54%	42,07%	41,28%	30,42%	38,08%
	Linx S.A.	48,08%	40,49%	57,38%	54,69%	50,16%
	Senior S.A.	57,30%	61,52%	28,54%	25,62%	43,25%
	Positivo S.A.	3,59%	3,24%	3,63%	3,87%	3,58%
	BRQ S.A.	4,45%	5,18%	5,71%	2,92%	4,57%
	ItauTec S.A.	0,06%	0,07%	0,08%	1,68%	0,47%
Bens Industriais	Embraer S.A.	15,77%	14,27%	12,04%	12,11%	13,55%
	CCR S.A.	50,85%	50,19%	52,36%	56,36%	52,44%
	Cosan Logística S.A.	29,05%	33,78%	36,16%	33,28%	33,07%
	Invepar S.A.	84,55%	85,15%	87,86%	88,45%	86,50%
	Weg S.A.	6,91%	7,04%	5,52%	5,70%	6,29%
	JSL S.A.	4,10%	3,90%	4,14%	4,41%	4,14%

Fonte: Autoria própria.

Com a adoção da Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01 - Contratos de Concessão (2011), tradução da *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) 12 - *Service Concession Arrangements* (2011), as práticas contábeis relativas aos contratos de concessão foram uniformizadas, empresas portadoras desse direito passaram a registrar um ativo intangível referente ao direito de cobrar dos usuários um valor pelo serviço público colocado à disposição por meio da infraestrutura concedida, esse é o caso das empresas CCR S.A., Cosan Logística S.A. e Invepar S.A, essa última com a maior representatividade de intangível em suas demonstrações contábeis, média de 86,50% ao longo dos quatro anos estudados.

Dentre as 6 empresas do Setor de Tecnologia da Informação, nenhuma alcançou o nível alto de representatividade dos intangíveis em suas demonstrações contábeis, apenas uma empresa, que corresponde a 16,67% da amostra, a Linx S.A., alcançou o nível Médio/Alto com uma representatividade média de 50,16%, duas empresas, a Senior S.A. e a Totvs S.A., alcançaram o nível Médio/baixo com uma representatividade média de 43,25% e 38,08 respectivamente, essas duas empresas representam 33,33% da amostra. Três empresas, 50,00% da amostra, obtiveram o nível Baixo de representatividade, a BRQ S.A., com uma média de



4,57% a Positivo S.A., com uma média de 3,58% e a ItauTec S.A., com uma média de 0,47%. A representatividade do setor de Tecnologia da Informação, como é demonstrado na Tabela 5:

TABELA 5: Representatividade entre o ativo intangível e ativo total do setor de tecnologia da informação

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE EM %	REPRESENTATIVIDADE	EMPRESAS
	0 a 25%	Baixo	3
	25,01 a 50%	Médio/baixo	2
	50,01 a 75%	Médio/alto	1
	75,01 a 100%	Alto	0

Fonte: Autoria própria.

Essa última, de acordo com o relatório de auditoria presente na DFC de 2017, realizado pela PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda - (PwC), encontra-se em processo de desativação de suas atividades fabris, tendo apresentado prejuízos operacionais nos últimos exercícios sociais, não existindo ainda definição quanto a continuidade dos negócios.

No setor de Bens Industriais o nível de representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total das empresas analisadas, é demonstrado na Tabela 6.

TABELA 6: Representatividade entre o ativo intangível e ativo total do setor de Bens Industriais.

BENS INDUSTRIAIS	REPRESENTATIVIDADE EM %	REPRESENTATIVIDADE	EMPRESAS
	0 a 25%	Baixo	3
	25,01 a 50%	Médio/baixo	1
	50,01 a 75%	Médio/alto	1
	75,01 a 100%	Alto	1

Fonte: Autoria própria.

A análise foi composta por 6 empresas, essas divididas por uma empresa alcançando o nível Alto de representatividade, a Invepar S.A., com 86,50%, uma empresa alcançando o nível Médio/Alto de representatividade, a CCR S.A., obtendo uma média de 52,44%, e uma alcançando o nível Médio/Baixo, a empresa Cosan Logística S.A., com uma média de 33,07% de ativos intangíveis em relação ao seu ativo total, cada uma das empresas representando 16,67% respectivamente do total da amostra. As outras três empresas analisadas do setor, que representam 50,00% do total da amostra, ficaram com um nível de representatividade Baixo, são elas Embraer S.A., Weg S.A. e JSL S.A. com respectivamente 13,55%, 6,29% e 4,14%.

Vale ressaltar que as três primeiras empresas que obtiveram a maior representatividade do intangível em relação ao ativo total atuam com concessões governamentais. Essas concessões dão o direito de explorar financeiramente esses recursos públicos em contrapartida com a obrigação contratual de efetuar melhorias e a manutenção desses empreendimentos. A contabilização dessas concessões é regulamentada pelo do ICPC 1 – Contratos de Concessão, que determina que esse direito de exploração deva ser registrado no ativo intangível das empresas sendo que deve ser amortizado totalmente no fim do contrato de concessão.

4.2 Comparação da representatividade do ativo intangível.

Para identificar a evidenciação dos níveis de aderência ao CPC 04 (R1, 2010), durante os quatro anos de análise calculou-se a proporção dos pontos de cada empresa em relação ao total de perguntas obrigatórias nos anos analisados.

Adotando como base o que sugere Silva, Ferreira e Maragno (2017), a pontuação final foi contemplada pela soma das 24 respostas referentes as 24 primeiras perguntas obrigatórias do questionário identificado na Tabela 3. As perguntas 25 e 26 não são obrigatórias e não entram para o cálculo de evidenciação, apenas servem para uma observação sobre a



preocupação da empresa em divulgar todas as informações possíveis sobre o assunto, como demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7: Níveis de aderência

SETOR ECONOMICO	EMPRESA	2017	2016	2015	2014
Tecnologia da Informação	Totvs S.A.	83,33%	83,33%	83,33%	83,33%
	Linx S.A.	91,67%	91,67%	87,50%	87,50%
	Senior S.A.	91,67%	91,67%	87,50%	87,50%
	Positivo S.A.	87,50%	87,50%	83,33%	83,33%
	BRQ S.A.	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%
	ItauTec S.A.	75,00%	70,83%	70,83%	70,83%
Bens Industriais	Embraer S.A.	87,50%	83,33%	83,33%	83,33%
	CCR S.A.	83,33%	83,33%	83,33%	83,33%
	Cosan Logística S.A.	87,50%	87,50%	87,50%	83,33%
	Invepar S.A.	91,67%	91,67%	91,67%	83,33%
	Weg S.A.	83,33%	83,33%	83,33%	83,33%
	JSL S.A.	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%

Fonte: Autoria própria.

Após a aplicação do *check list*, foi possível observar que cinco perguntas, dispostas na Tabela 8, receberam a resposta não aplicável, por isso de acordo com os critérios utilizados receberam nota 1 nos quatro anos.

TABELA 8: Perguntas não aplicável

Numero	Perguntas Não Aplicável
7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?

Fonte: Autoria própria.

Com relação as demais perguntas, foi possível constatar que nove delas foram pontuadas com nota 1 para 100% da amostra nos períodos analisados. Tal análise pode ser observada na Tabela 9.

TABELA 9: Perguntas com maiores graus de evidenciação

Numero	Perguntas com maiores graus de evidenciação
1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de impairment, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?

Fonte: Autoria própria.



Para determinar a média de evidenciação das empresas nos anos analisados foi determinado a porcentagem de evidenciação a cada ano e após esse procedimento efetuada uma média em relação as evidenciações encontradas. Deste modo foi possível identificar qual o nível médio de evidenciação de cada empresa nos anos estudados. O resultado encontrado é exposto na Tabela 10.

TABELA 10: Nível de evidenciação

SETOR ECONOMICO	EMPRESA	Média	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO
Tecnologia da Informação	Totvs S.A.	83,33%	Alto
	Linx S.A.	89,58%	Alto
	Senior S.A.	89,58%	Alto
	Positivo S.A.	85,42%	Alto
	BRQ S.A.	87,50%	Alto
	ItauTec S.A.	71,88%	Médio/alto
Bens Industriais	Embraer S.A.	84,38%	Alto
	CCR S.A.	83,33%	Alto
	Cosan Logística S.A.	86,46%	Alto
	Invepar S.A.	89,58%	Alto
	Weg S.A.	83,33%	Alto
	JSL S.A.	87,50%	Alto

Fonte: Autoria própria.

Ao observar a Tabela 10 é possível verificar que para apenas uma empresa, a ItauTec S.A. obteve, o índice médio/alto, em relação ao nível de evidenciação dos ativos intangíveis, atendendo de 50,01% a 75% dos critérios de evidenciação, essa empresa representa apenas 8,34% do total da amostra, o restante das empresas alcançaram uma média de nível de evidenciação alto, ficando entre 75,01% a 100% das divulgações obrigatórias dos intangíveis, em conformidade com as exigências do CPC 04 (R1, 2010) segundo o *check list* aplicado.

Em relação as perguntas não são obrigatórias, mas que o CPC 04 (R1, 2010) aconselha a divulgar para um maior entendimento dessa classe de ativos, foi observado que nos anos analisados nenhuma das empresas da amostra divulgou tais informações.

Percebe-se um padrão nos anos analisados pela pesquisa, as empresas dos dois setores veem divulgando, quase em total concordância com as informações obrigatórias referente a classe de ativos intangíveis, mas não existe outra preocupação a não ser atender as normas obrigatórias vigentes, podendo assim não divulgar informações complementares que podem se tornar essencial para decisões dos usuários.

4.3 Empresas que melhor atenderam as exigências de divulgação do CPC 04 (R1, 2010)

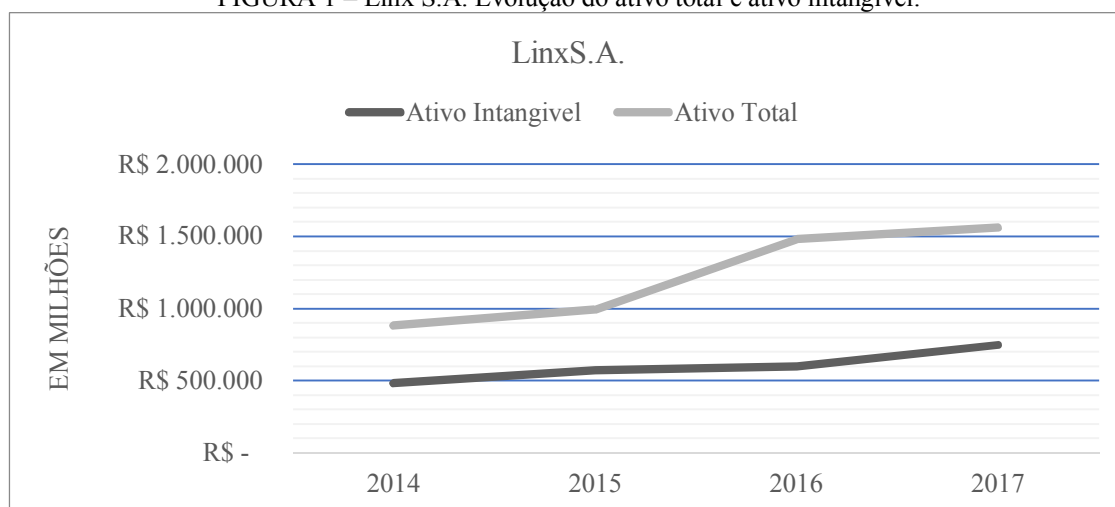
Após a aplicação do *check list* foi observado que dentre o setor de Tecnologia da informação as empresas que obtiveram a melhor média de evidenciação, ou seja, estão em maior sintonia com regras de exigidas pelo CPC 04 (R1, 2010), nos anos analisados foram as empresas Linx S.A. e a Senior S.A., ambas com uma média de 89.58% de concordância com a norma. A Linx S.A obteve uma média de representatividade do intangível em seu ativo total no valor de 50,16% a evolução do ativo intangível e do ativo total durante os anos analisados são demonstrados na Figura 1.



Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil
Centro de Eventos da UFSC
12 a 14 de agosto de 2018

FIGURA 1 – Linx S.A. Evolução do ativo total e ativo intangível.

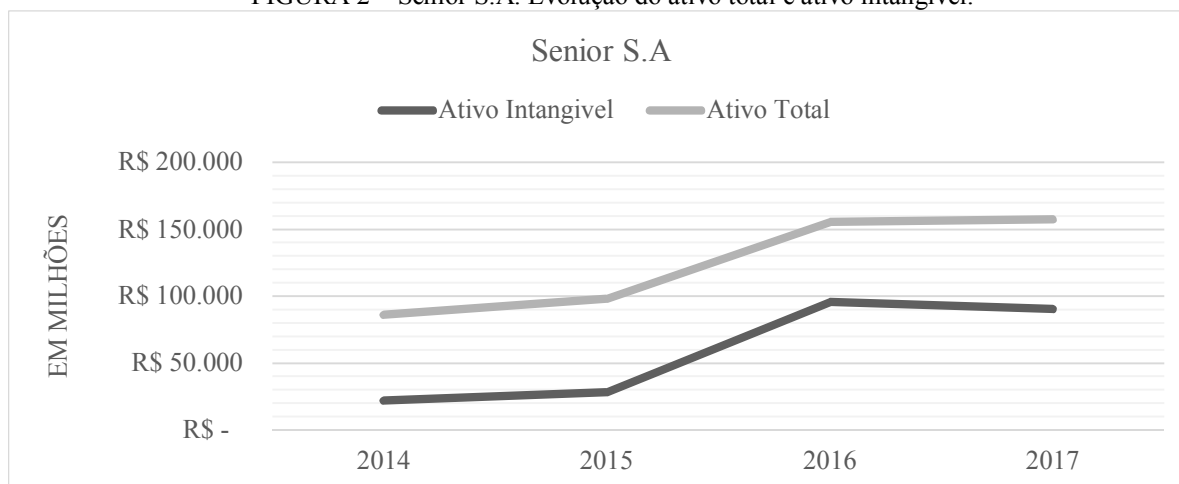


Fonte: Autoria própria

Como demonstrado na Figura 1 a Linx S.A. manteve uma crescente sem relação ao seu ativo intangível e seu ativo total.

A Senior S.A obteve uma média de representatividade do intangível em relação ao seu ativo total no valor de 43,25%, a evolução do ativo intangível e do ativo total durante os anos analisados são demonstrados na Figura 2.

FIGURA 2 – Senior S.A. Evolução do ativo total e ativo intangível.



Fonte: Autoria própria

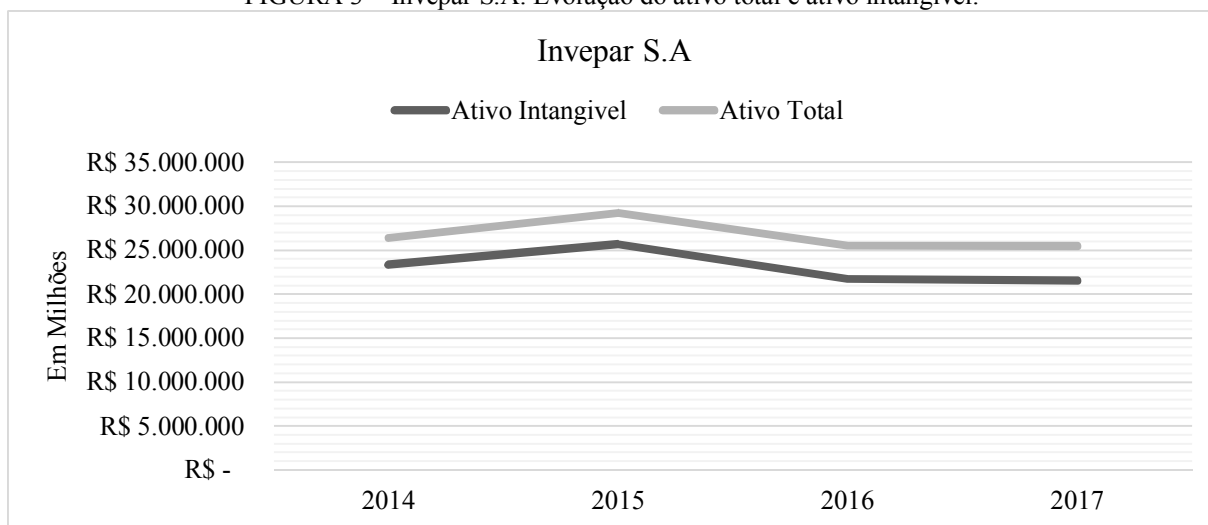
Como demonstrado na Figura 2 a Senior S.A. manteve uma crescente com uma leve queda em 2017 em relação ao seu ativo intangível e seu ativo total.

E acerca do setor de Bens Industriais a empresa que está em melhor adequação com o CPC 04 (R1, 2010), nos anos analisados foi a Invepar S.A., com uma média de 89,58% de concordância com a norma. A evolução do ativo total e ativo intangível da Invepar S.A estão representados na Figura 3.



Contabilidade e Perspectivas Futuras

FIGURA 3 – Invepar S.A. Evolução do ativo total e ativo intangível.



Fonte: Autoria própria

Nos dois setores analisados as empresas que obtiveram a maior concordância com as normas de divulgação ou *disclosure* também foram as que tiveram uma maior média em relação ao seu ativo total e ativo intangível. Evidenciando uma preocupação com a divulgação possa ter uma relação com a importância dessa conta dentro das Demonstrações Financeiras Padronizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o constante avanço das tecnologias relacionadas a: informática, ao intercâmbio eletrônico de dados, compras virtuais, entre outras inovações, neste âmbito os Ativos Intangíveis tornam-se um diferencial para identificar as companhias que estão alinhadas com essas mudanças impostas para atuarem nesse novo mercado.

Nesse contexto esta pesquisa buscou primeiramente fazer uma análise, demonstrando por meio de realizações de porcentagens, qual a representatividade do ativo intangível sobre o ativo total. Para essa análise buscou-se fazer uma relação entre dois setores que, a princípio, teriam uma variação significativa entre a representatividade de seus ativos intangíveis em relação ao ativo total.

Após a conclusão da pesquisa foi evidenciado uma igualdade de representatividade do ativo intangível entre os dois setores da amostra, muito embora isso se deva principalmente por consequência das mudanças de classificações de direitos adquiridos por meio de concessões governamentais do setor de Bens Industriais. Mudanças essas propostas pelo ICPC – 01 (2011) no qual busca uma convergência as normas internacionais, essa convergência está sendo conduzido pelo CPC e pela CVM.

Quanto a evidenciação, foi realizada uma análise por meio do *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014) a respeito da adequação as normas contábeis exigidas pelo CPC e seu pronunciamento CPC 04 (R1 2010), com o objetivo de comparar os dois setores e a evolução nos 4 anos estudados a fim de obter dados que demonstravam o cumprimento ou não das normas.

Como evidenciado na pesquisa, a maioria das empresas alcançaram uma média de nível de evidenciação alto, ficando entre 75,01% a 100% das divulgações obrigatórias dos intangíveis atendendo de forma satisfatória as obrigações exigidas pelo órgão regulador, mesmo as que não tiveram uma grande média de representatividade de intangível em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas, exemplo da ItaúTec S.A., que obteve o índice Médio/Alto, em



relação ao nível de evidenciação dos ativos intangíveis, atendendo de 50,01% a 75% dos critérios de evidenciação, e uma média de representatividade de 0.47% dos ativos intangíveis sobre o ativo total.

De modo geral, por meio das observações dos dados obtidos pela análise feita, é possível ver uma importante evolução no âmbito da evidenciação por parte das empresas da amostra em comparação com trabalhos anteriores como o de Lopes *et al.* (2014) e Marques, Santos e Gouveia (2011), e que decorridos 8 anos na publicação do CPC 04 (R1 2010), cada vez mais as empresas estão procurando se adaptar a legislação vigente, deixando mais adequadas as informações contábeis.

Notou-se que as empresas com a maior evidenciação dos intangíveis foram as mesmas empresas com a maior representatividade do intangível em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas, isso evidencia uma maior preocupação dessas empresas em relação à divulgação dessa conta.

Para estudos futuros, sugere-se analisar períodos diferentes, bem como ampliar a amostra e a aplicação do *check list* em outros setores para comparação para evidenciar se as normas do CPC estão sendo atendidas.

REFERÊNCIAS

- Beuren, I. M. (Org.). (2009). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. –3. Reimpr. São Paulo: Atlas
- Caldas, M. A. F., & Carvalhal, R. L. (2011). *Intangíveis E O Valor Da Empresa – O Caso Da Vale*. Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Ubatuba, 1108-1119.
- Comitê de Procedimentos Contábeis CPC 00 – *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. (R1, 2011). Brasília. Recuperado em 26 de março de 2018, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- Comitê de Procedimentos Contábeis CPC 04 – *Ativo Intangível*. (R1, 2010). Brasília. Recuperado em 26 de março de 2018, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>
- Comitê de Procedimentos Contábeis ICPC 01 - *Contrato de Concessão*. (R1, 2011.). Brasília. Recuperado em 26 de março de 2018, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=10>
- Comissão de Valores Mobiliários. *Deliberação CVM Nº 553*. (2008). Recuperado em 26 de março de 2018, www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli553.pdf
- Ernest & Young e Fipecafi (Org.). *Manual de normas internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2009). *Teoria da contabilidade*; tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 277-297
- Iudícibus, S. *et al.* (2009). *Contabilidade Introdutória*. (11. ed). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2009). *Teoria da Contabilidade*. (9. ed). São Paulo: Atlas.
- Kayo, E. K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas*. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Lima, A. C., & Carmona, C. U. (2010). Determinantes da formação do capital intelectual nas empresas produtoras de tecnologia da informação e comunicação. *Ram, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 12, n. 01, p. 112-138. Recuperado em 06 de abril de 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n1/a05v12n1.pdf>
- Lopes, L. C. *et al.* (2014). Evidenciação das Informações dos Ativos Intangíveis: Um Estudo Sobre o Nível de Aderência das Companhias Brasileiras do Setor de Bens Industriais Listadas



- na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. *Qualit@s Revista Eletrônica*, Campina Grande, v. 15, n. 1, p.1-14. Recuperado em 12 de abril de 2018, <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/132>
- Magro, C. B. D. *et al.* (2015). Relevância dos Ativos Intangíveis em Empresas de Tecnologia. *6 Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*, Florianópolis. v. 6, p. 1 - 18
- Marcon, A. P., Lima, D. V. & Silva, I. A. (2016, outubro). Mensuração e Evidenciação do Capital Intelectual nas Demonstrações Contábeis. *Anais X Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG*, Caxias do Sul, v. 1, n. 6, p.202-213
- Marques, J. A. V. C, & Santos, R. F., & Gouveia, V. A. L. (2011). Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p.45-54
- Martins, E. (1972). Contribuição à avaliação do ativo intangível. *Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária*, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Moura, G. D. *et al.* (2013). Relação Entre Ativos Intangíveis E Governança Corporativa Em Companhias Abertas Listadas Na BM&FBOVESPA. *R C & C: Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba*, v. 5, n. 1, p.120-138
- Moura, G. D., Varela, P S & Beuren, I. M. (2014). Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. *Ram, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 5, p.140-170
- Padoveze, C. L. (2005). *Manual de Contabilidade Básica*. 7. ed. São Paulo: Atlas
- Perez, M. M. & Famá, R. (2005) Ativos Intangíveis e O Desempenho Empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças*. Santos, n. 40, p.7-24
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale
- Schnorrenberger, D. (2004) Considerações gerais sobre ativos intangíveis. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.85-107
- Silva, M. B. & Grigolo, T. M. (2002). *Metodologia para iniciação à prática da pesquisa e da extensão II*. Florianópolis, Udesc. 98 p.
- Silva, N. C., Ferreira, D. D. M. & Maragno, L. M. D. (2017) A Evidenciação de Ativos Intangíveis nas Empresas do Setor de Saúde da B3. *4 Congresso Unisinos de Controladoria e Finanças*. São Leopoldo
- Souza, D. *et al.* (2017). Evidenciação E Mensuração De Ativos Intangíveis Em Instituições Financeiras: Um Estudo De Caso No Banrisul. *XVI Convenção De Contabilidade Do Rio Grande Do Sul*, Gramado. ACCRGS, v. 1, p. 1 - 11.
- Stewart, A. T., (1998). *Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. 2. ed. Rio de Janeiro